O GOLPE SE CONCRETIZA

Muitos devem ter ouvido falar ou ainda devem se lembrar de que, em 1964, a Ditadura Militar foi chamada de Revolução. Hoje sabemos a real história, não era uma Revolução e sim um Golpe.
Apesar de muitos ainda não aceitarem, ou não compreenderem, ou até mesmo apoiarem, o que estamos vivendo é novamente um Golpe. Não nos moldes militares de 64, mas um golpe que utiliza um rito previsto na Constituição, o impeachment, e o transmuta, instituindo nele um crime de responsabilidade que não é crime.

Todos nós já sabíamos e continuamos a saber que "o crime" não está sendo julgado. Assistimos às falas de 15 minutos dos Senadores no dia 11/05/2016 e, apesar de não aparecer o voto em homenagem à mãe, ao filho, ao neto que ainda irá nascer, como ocorreu na Câmara, os que se manifestam a favor do impedimento continuam a invocar a esperança, a economia, as pesquisas, o desemprego, mas não o "crime". Fogem, na maioria das vezes, em até mencioná-lo. Sabem que não há indícios mínimos de crime de responsabilidade suficientes para se afastar um presidente. Na verdade, sabem que tudo faz parte de um jogo político, mesmo que isso signifique rejeitar a soberania do voto popular. Quem estava do lado do governo e governava junto - especialmente o PMDB e o PP, os mais citados na Operação Lava-Jato -, muda de lado e vai para o lhe interessa mais no momento. Quem perdeu a eleição e não se conforma quer a derrota extemporânea de quem ganhou e não aguenta esperar 2018 para tentar mais uma vez ganhar no voto e poder implantar o seu projeto neoliberal. Forma-se uma coalização, não para governar, mas para derrubar. Em 2016 (fora as Forças Armadas e a Igreja que participaram em 1964), as forças que se unem contra o Estado Democrático de Direito são as mesmas: os grandes empresários e proprietários de terras, os meios de comunicação hegemônicos, o Congresso fisiológico e a classe média mais conservadora - que representam as elites brasileiras contrárias aos avanços sociais no país.

Na semana passada, tivemos o episódio do afastamento do deputado Eduardo Cunha das suas funções pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em atendimento a uma ação pedida pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, solicitada em dezembro de 2015. Depois de cinco meses, o STF alegou que o Presidente da Câmara representa "risco para as investigações penais" sediadas no Supremo Tribunal Federal, que "conspira contra a própria dignidade da instituição por ele liderada", que "não tem condições pessoais mínimas" para presidir essa casa legislativa e que "não se qualifica" para eventualmente substituir o presidente da República. Ora, todos nós sabemos que o pedido de Impeachment aceito pelo então Presidente da Câmara Eduardo Cunha foi um ato de vingança. Ao tomar conhecimento de que a presidente Dilma não aceitara a sua chantagem e que os três deputados do PT que faziam parte da Comissão de Ética que o investigava iriam votar pela admissibilidade do seu processo, o deputado acolheu o pedido de Impeachment encomendado pelo PSDB (Janaina Paschoal, uma das autoras do pedido, informou ao Senado que recebeu R$ 45.000,00 do PSDB para elaborá-lo). Se assim não fosse vingança, Eduardo Cunha também aceitaria o pedido de Impeachment do vice Michel Temer contendo as mesmas acusações que compõem o pedido de impeachment da Presidente Dilma, hoje afastada temporariamente do seu cargo.

A pergunta que não quer calar: Se o STF julga que Eduardo Cunha representa um risco para o bom funcionamento do Legislativo, por que não o afastou antes? Fica a sensação de que tudo parece um jogo de cartas marcadas. Depois que o Eduardo Cunha iniciou e conduziu o jogo sujo, afastar um réu que pode vir a ser o vice Presidente da República é importante para dar mais credibilidade ao rito em curso.
No início dessa semana, na segunda-feira, acordamos com a notícia de que o Presidente interino da Câmara dos Deputados, o Sr. Waldir Maranhão, ao responder petição de defesa da Presidente Dilma Rousseff, entregue no dia 25 de abril e engavetado pelo Eduardo Cunha, aceita algumas proposições do recurso e anula as sessões dos dias 15 a 17 de abril de 2016. Isso significava que seria preciso o processo retornar à Câmara para novas discussões e votação. O presidente do Senado não acata a decisão do Presidente da

outra casa legislativa e mantém o rito. Em menos de 24h, após grande pressão, Waldir Maranhão recua e revoga a decisão de anular sessão do impeachment. Essa atitude, a de anular a sessão, não estava no trâmite previsível do golpe e precisava ser barrada.

Hoje, temos a saída da Presidente Dilma do Palácio do Planalto. Em reunião plenária do Senado, realizada dia 11 de maio e finalizada na madrugada de hoje (12/05/2016), foi aprovada por 55 a 22 votos a admissibilidade do impeachment da Presidenta Dilma, por um período de até 180 dias, para que o processo seja concluído. Dilma sai do Planalto dizendo que irá resistir e que duas palavras resumem o que aconteceu: Injustiça e Traição.

Agora, ao assumir, Temer anuncia o seu Ministério. O novo Ministro da Educação será o deputado Mendonça Filho do DEM/PE, que responde a 6 processos de corrupção na justiça. Nenhuma mulher irá participar do seu Ministério.

O que nos espera?

A LUTA!

Se antes criticávamos o governo PT porque queríamos mais direitos sociais e o fim do ajuste fiscal, agora será preciso resistir para que medidas anunciadas pelo governo Temer, como as que visam precarizar ainda mais as relações de trabalho; o fim da valorização do salário mínimo e o não reajuste do funcionalismo público; a retirada ou redução de direitos sociais; a desvinculação das receitas constitucionais para a saúde e a educação; a privatização das estatais; a criminalização dos movimentos sociais e o endurecimento da repressão; entre outras medidas não avancem.

"Nada a temer senão o correr da luta

Nada a fazer senão esquecer o medo."

Milton Nascimento

CARREIRA DOCENTE: PERSPECTIVAS EM 2016

Possíveis mudanças na legislação que afetam a carreira docente dos servidores públicos se encontram em tramitação na Câmara dos Deputados/Brasília por meio de dois projetos de Lei: PLP 257/16 e PL nº 4.251/15, ambos apresentados pelo poder Executivo.

O primeiro "estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal", dentre outras providências, integrando as políticas de ajuste fiscal para o serviço público, iniciadas em 2014. Prevê um conjunto de medidas que consideramos lesivo ao serviço público e àqueles que o exercem, tais como: a não concessão de "vantagem, aumento, reajustes ou adequação de remunerações a qualquer título" (Art. 3º, I), com poucas ressalvas; suspensão de "admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, inclusive por empresas estatais dependentes, por autarquias e por fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público" (Art. 3º, IV); "elevação das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores e patronal ao regime próprio de previdência social para 14% (quatorze por cento) e 28% (vinte e oito por cento) respectivamente, podendo ser implementada gradualmente em até 3 (três) anos (Art. 4º, IV) e "reforma do regime jurídico dos servidores ativos e inativos, civis e militares, para limitar os benefícios, as progressões e as vantagens ao que é estabelecido para os servidores da União" (Art. 5º, V).

O segundo (PL nº 4.251/15) aguarda a sua aprovação pela Câmara desde fevereiro de 2016. No dia 03 de maio os Líderes dos partidos assinaram um requerimento pedindo a urgência na sua votação. Esse PL corresponde a acordo firmado entre o PROIFES e o Governo Federal no final do ano de 2015, que, conforme sua ementa, "altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho, aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências". Por este acordo, fica estabelecido, por exemplo:

a) reajuste nos vencimentos, sendo 5,5% em agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017;

b) fixação de relações percentuais entre níveis e classes e entre os regimes de trabalho;
c) fim da exigência de conclusão do estágio probatório para mudança de regime de trabalho;
d) alteração da redação dos artigos 14 e 34 da Lei 12.772/2012, para conferir-lhe maior clareza em aspectos referentes à promoção e à progressão funcionais;
e) reajuste dos benefícios (auxílio alimentação, assistência à saúde e assistência pré-escolar).

O atual cenário político-econômico do país, caracterizado pela incerteza quanto à continuidade do atual governo, impõe que as entidades sindicais representativas dos servidores públicos atuem no sentido de informar, debater e mobilizar a todos(as) quanto às tramitações dos PLs em pauta, na luta pela garantia de direitos adquiridos pela categoria e por melhores condições de vida e trabalho.

Na perspectiva de continuar estudos sobre a carreira docente e, consequentemente, apresentar propostas de ação no que se refere aos interesses dos docentes do CPII, o GT Carreira convida a participação de todos,as os interessados para sua próxima reunião.

GT Carreira da ADCP II

GT CARREIRA DA ADCP II
PRÓXIMA REUNIÃO:
Dia 18/05/16, ÀS 13h30min,
na Sede (São Cristóvão)

FÓRUM DOS SERVIDORES FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO

Quinta que vem (19) vai haver uma reunião para rearticulação do movimento de servidores federais no Rio de Janeiro. Será uma reunião de rearticulação do Fórum dos Servidores Federais do Rio de Janeiro no dia 19/05, quinta-feira, às 17h, no SINTRASEF, situado na Av. Treze de Maio, 13, 10° andar - S/1007, na Cinelândia.

A pauta é a construção de um calendário unificado de atividades e mobilizações em resistência ao PLP 257 e a provável quebra de acordo de nossa última greve, em torno do reajuste de agosto.

LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER

No dia 27 de abril, eu e Denise Sayde nos encontramos nas escadarias da Assembleia Legislativa para participar do *Ato Mulheres Belas, Recatadas e do Lar*. O ato foi convocado em resposta à matéria da Revista Veja sobre Marcela Temer, esposa de Michel Temer. No artigo em questão, é defendida e celebrada a subserviência das mulheres aos maridos, exaltando a ideia de que fazem bem ao ficar em casa cuidando dos filhos e esposos. Este foi mais um, dentre muitos outros artigos desse semanário, representando os setores mais reacionários da nossa sociedade. Ocupamos o centro da cidade para responder a esse ataque e ao golpe institucional que está em curso.

Da ALERJ seguimos rumo à Cinelândia, passando pelo escritório do deputado Eduardo Cunha. No caminho a emoção se fazia cada vez mais presente nas cantorias e palavras de ordem: "Fora Cunha, fora Bolsonaro e leva junto o Pedro Paulo! Lugar de mulher é onde ela quiser!"

No ar uma energia muito forte que saía dos nossos corpos, olhares e corações. Na Cinelândia aconteceram várias atividades lúdicas e intervenções culturais; tudo com bastante organização, incluindo

um jogral, cujo texto impresso foi distribuído para que todos os presentes acompanhassem as falas sobre os relatos da violência contra a mulher: Meu nome é Eloá, meu nome é Claudia Ferreira, meu nome é Rayssa Christiane, meu nome é Ana Paula .... (leia aqui na íntegra).

Um grande estandarte roxo com dizeres brancos anunciava que nenhuma mulher deve ser maltratada e humilhada e era sacudido com energia pelas ruas. Homens emudeciam, mulheres se aproximavam. No ar a certeza de que a luta contra o conservadorismo também se expressa na luta contra os projetos que ferem nossos direitos e contra os fomentadores do golpe.

Sim, somos belas, mas não somos todas loiras bem cuidadas, a maioria da população é negra e pobre e não dá lucro para indústria da "beleza". Ao contrário, nosso ato traduziu a diversidade de padrões no ser mulher. Sim, a mulherada chegou forte! Sim, estamos ocupando as ruas! Sim, somos trabalhadoras e lutamos. Sim, estamos atentas!

Maria Cristina da Silva Galvão

#MENDESREOCUPADA: ESTUDANTES ENSINAM A LUTAR PELA VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

É de conhecimento público que várias categorias Estaduais estão em greve, entre elas os profissionais da Educação. É também de conhecimento geral que os Estudantes entraram na luta em apoio aos seus professores, mas também por reivindicações específicas como: maior participação na gestão escolar; por investimento em infraestrutura e eleições de diretores; por transparência nos gastos públicos nas escolas, entre outros. Vimos noticiando e apoiando as ações dos Estudantes na ocupação dos colégios estaduais por compreender que esta é uma luta justa por uma pauta legítima e que tem sido extremamente pedagógica! Ou seja, vem se configurando um movimento educativo para todos os envolvidos e para a sociedade em geral, que tem tido acesso a informações que não teria de outro modo. Os jovens expõem a dura e cotidiana realidade a que estão submetidos alunos e professores da rede estadual, nos espaços que julgamos, e alguns ainda acreditavam, deviam ser democráticos, igualitários, seguros. O que denunciam os jovens com fotografias e vídeos é uma realidade bem diferente: material e uniformes escondidos em salas e armários trancados; espaços como laboratórios e bibliotecas em que alunos não podiam ter acesso; prédios quebrados, com vazamentos, infiltrações, com grades e mais grades que mais lembram prisões.

Escrevemos este texto para trazer duas novidades no caso já aqui discutido e relatado. A primeira diz respeito ao crescimento — segundo informações dos Estudantes que ocupam suas escolas, com apoio da SEEDUC/RJ — de um grupo organizado para desmobilizar as ocupações. Um grupo que se autointitula "desocupa" e que, segundo relatos postados nas páginas do Ocupa Mendes, tem agido de forma bastante violenta e arbitrária! O resultado do confronto de 09/05/2016, no Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, foi uma pequena amostra do que o estímulo à violência pode causar: jovens machucados, depredação de patrimônio público.

Alertamos para a responsabilidade do Estado com a segurança desses jovens e para o risco irresponsável de se estimular a violência desses confrontos!

O que precisamos não é de violência, mas de negociação!

O segundo ponto que queremos destacar é uma vitória, ainda que parcial, desses corajosos estudantes!

Os Estudantes conseguiram que a Secretaria de Educação do Estado se comprometesse a suspender o SAERJ, sistema de avaliação que, baseado em premissas meritocráticas e aplicando uma prova anual, classifica e hierarquiza estudantes, professores e unidades escolares.
Segundo foi publicado no jornal Extra de 10 de maio de 2016, "A abolição da prova é uma das principais bandeiras levantadas pelo movimento que, há 50 dias, vem coordenando ocupações em escolas da rede — hoje, são 68." Segundo a SEEDUC, haverá, para 2017, 'uma reformulação para um simulado preparatório para o Enem'.

Mais uma vez gostaríamos de registrar nosso apoio e admiração pelos jovens aguerridos que têm tomado para si o protagonismo político de sua história! Mais um exemplo de que a luta vale a pena! Organizemo-nos! A luta só começou! O Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes (Ilha do Governador) foi reocupado!

CONSUP: OUTRA HISTÓRIA SE CONSTRÓI

Interessa-nos bastante conhecer e divulgar as discussões, decisões e encaminhamentos da reunião do CONSUP de 27 de abril deste ano. Para aquela sessão, estava prevista a retomada da revisão do Estatuto. Contudo, infelizmente, não encontramos no sítio oficial do colégio áudios ou atas das reuniões de 2016 do Conselho Superior, órgão máximo do Colégio Pedro II.
Estar atentos ao CONSUP é consequência da importância que damos à participação na gestão da escola por meio do reconhecimento e valorização dos seus órgãos colegiados.

Retomamos as reflexões propostas pela conselheira Neila Espindola, em artigo publicado na Revista Educação em Pauta, em agosto de 2015:
- Como os saberes têm sido compartilhados no CONSUP, órgão colegiado que se pretende democrático e representativo dos segmentos da escola?
- Como as decisões são encaminhadas e partilhadas?
- Que estratégias são usadas no Conselho e fora dele para obter participação, debate, diálogo real?
- Como as ações do Conselho impactam o cotidiano escolar?

Antes da equiparação do colégio aos Institutos Federais de Educação, havia a Congregação e o Conselho Fiscal, que não exerciam seu papel. Os segmentos que compõem nossa comunidade escolar estão empenhados para que essa história não se repita.

Por isso, as conselheiras Elaine Barbosa e Neila Espindola mantêm um blog (http://docentesnoconsupcp2vianeila.blogspot.com.br/) sobre o Conselho. Através delas obtivemos as seguintes informações sobre a sessão de 27 de abril de 2016:

Houve discussão sobre o Golpe Institucional, em curso, para elaboração de nota do Conselho sobre o assunto. Foram retomadas as discussões sobre o Estatuto, com aprovação - no artigo que trata

da composição do Conepe (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) - da participação dos estudantes em número de 10 (um por campus e um da pós-graduação) naquele Conselho. No próximo boletim falaremos sobre essa importante decisão dos conselheiros.

EM DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

No Boletim Eletrônico nº. 6/2016, a diretoria da ADCPII publicou uma *Nota a favor do Estado Democrático de Direito e contra o IMPEACHMENT*, se posicionando diante da conjuntura política atual do país. Divulgamos, ainda, no Boletim Eletrônico nº. 5/2016, a *Nota Pública dos Professores e Técnicos do Colégio Pedro II em Defesa da Legalidade e das Instituições Democráticas no Brasil.*

Nesse sentido, compreendendo que o contexto atual do país nos provoca e convoca à divulgação mais ampla possível de manifestações públicas no âmbito do Colégio Pedro II e para além dele, divulgamos também a Moção nº. 7 emitida pelo Conselho Superior do CPII bem como a *Carta do Colégio de Dirigentes do Colégio Pedro II*.

ATENÇÃO PARA AS ATIVIDADES DA ADCPII & CESTUR

1. Primeira atividade com os aposentados:

2. Caminhada em Niterói

Visita guiada à Ilha de Boa Viagem, almoço e passeio pelos museus (Solar do Jambeiro e Museu do Ingá).

Domingo dia 17 de julho de 2016, encontro no Campus São Cristóvão às 9h30min. Haverá disponibilidade de transporte (ônibus ou van). O valor do transporte será dividido entre os interessados. Para tanto, confirme na ADCPII seu interesse no transporte alugado pela associação até o dia 11 de julho.

Para os que vão com transporte próprio, o horário de encontro é às 10h30min, na Ilha de Boa Viagem, Niterói.

Contamos com a presença de vocês!

3. Não esqueçam do sorteio para a FLIP

ADCPII
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DO COLÉGIO PEDRO II

XIV FESTA LITERÁRIA DE PARATY

29 de junho a 3 de julho 2016

A ADCPII subsidia a participação de seus associados, na FLIP (Festa Literária Internacional de Paraty)

Período de inscrição:
de 1 a 15/06,
até às 17h,
(por telefone ou pessoalmente)

Data do sorteio:
17/06, às 12h,
na sede da ADCPII

Confirmação do resultado do sorteio:
Até 21/06

1. Selecionados por sorteio, 5 (cinco) professores(as) terão passagem e hospedagem (incluindo café da manhã) pagas pela Associação.
2. Terão preferência os(as) docentes que ainda não foram contemplados(as) nas outras edições da FLIP e que possam participar dos 4 dias do evento.

Também faremos reserva para os(as) professores(as) que queiram participar da FLIP, mesmo que não tenham sido sorteados. Nossa disponibilidade é de 3 (três) lugares (um quarto triplo) que serão preenchidos de acordo com a ordem de inscrição. As despesas de hospedagem e passagem ficarão por conta do(a) Associado(a) que não tiver sido sorteado(a).

Informe-se na ADCPII sobre o valor e as condições de pagamento.

Tel.: 2580-0783/3860-1194/9388-8180
E-mail: adcpii@gmail.com
secretaria@adcpii.com.br

É PRECISO EXIGIR NOSSOS DIREITOS

Nunca é demais relembrar quais devem ser os passos que os associados devem seguir para encaminhar suas demandas jurídicas.

Procedimento básico para toda e qualquer demanda jurídica com o Colégio Pedro II:

1) Peça administrativamente, via protocolo geral, aquilo que você julga ser seu direito (abono permanência, atrasados não pagos de mudança de nível, atrasados reconhecidos pela escola, etc).
2) Caso a resposta administrativa **seja negativa,** peça a cópia impressa do processo. O protocolo tem usado do expediente de **solicitar que o servidor faça uma declaração renunciando à disputa jurídica** sobre o objeto do pedido. **A orientação jurídica é não assinar a declaração.** Já existe uma representação da **ADCPII** feita ao colégio (em 21/12/15) sobre essa renúncia de direitos, que até 15/3/16 ainda não havia recebido resposta! Há também, por parte da nossa assessoria jurídica, **uma provocação ao Ministério Público Federal**, sobre este Assédio Moral, caracterizado por esse pedido de assinatura da referida declaração.
3) Com **a cópia do processo administrativo,** procurar o **plantão jurídico da ADCPII** quando, para cada caso particular, serão dados as instruções necessárias para os futuros desdobramentos jurídicos.

Portanto, procure seus direitos e entre em contato com os plantões jurídicos da Associação de Docentes do Colégio Pedro II. Em maio de 2016, o plantão jurídico da ADCPII ocorrerá nos **dias 12 e 25**, sempre no horário de **11h30min às 13h30min**.

DIVULGAÇÃO

1. #DiaD – CAP/UERJ

2. Debate: O que o medo da ditadura tem a dizer à democracia?

Colégio Pedro II – Campus Centro – Proeja
Debatedores: Jornalista Ana Helena Tavares e Profª Lícia Hauer (CPII – ENI)
Mediação: Prof. Arthur José Baptista (CPII – Centro)

Dia 16/05 (2ª feira) 20h
Local: Salão Nobre – Campus Centro
Av. Marechal Floriano, 80 – Centro – Rio de Janeiro

Lançamento do livro

3. **Pedagogia em Foco 2016**

"Escola Básica e Movimentos Sociais: ideias que mudam a Educação"

Dia 20/05 - sexta-feira, 20h

Estrada do Capenha, 1535

Universidade Estacio de Sá, Auditório

Não percam, teremos dois professores do Colégio Pedro II no evento abaixo.
Tarcísio Motta de Carvalho e Maria Cristina da Silva Galvão

Atenciosamente,

Diretoria da ADCPII